



SIMPATIA PARTIDÁRIA NA AMÉRICA LATINA: ARGENTINA, BRASIL, CHILE E URUGUAI EM PERSPECTIVA COMPARADA

Julian Borba (UFSC)

Éder Rodrigo Gimenes (UEM/UniCesumar)

Gabriel Ávila Casalecchi (UFSCar)

Ednaldo Aparecido Ribeiro (UEM/UFPR)

Introdução

Os laços que conectam eleitores e partidos têm sido objeto central das pesquisas de comportamento político, partidos e sistemas partidários. Indivíduos que se identificam com algum partido político normalmente se comportam de forma diferente daqueles que não se identificam, tanto no que diz respeito ao voto quanto a outras modalidades de participação e também com relação à democracia de forma mais ampla (DALTON, 2013). Por essa razão, as pesquisas têm se preocupado em analisar esse fenômeno, ou seja, identificar a abrangência e a profundidade com que eleitores estabelecem vínculos com os partidos, bem como suas possíveis causas, isto é, os fatores psicológicos, sociais, políticos e econômicos que favorecem essa identificação.

Um dos principais pontos debatidos na literatura que trata de democracias consolidadas diz respeito ao desalinhamento partidário, isto é, à distância que permeia os eleitores de um determinado país e seus partidos políticos. Estudos recentes têm demonstrado um crescente desalinhamento nos países mais desenvolvidos da América do Norte e da Europa, caracterizado, por um lado, pela volatilidade eleitoral agregada, e, por outro, pelas quedas contínuas nas taxas de identificação, no sentimento de representação, na avaliação e, principalmente, na confiança nos partidos.

Nesse sentido, Gimenes (2017) elencou aproximadamente três dezenas de pesquisas que diagnosticam o desalinhamento partidário entre democracias consolidadas, de modo que o debate mais recente estaria concentrado em identificar os potenciais efeitos desse afastamento para a

democracia. Por um lado, há autores que entendem tal relação como positiva, uma vez que argumentam que os eleitores estariam se tornando mais críticos, sofisticados cognitivamente e menos dependentes de atalhos informacionais e de instituições hierárquicas para definir seus posicionamentos políticos (NORRIS, 1999; DALTON; McALLISTER; WATTENBERG, 2003; INGLEHART; WELZEL, 2009; DALTON, 2013), enquanto, por outro lado, também verificamos o argumento de que é preciso atenção ao distanciamento dos eleitores com relação aos partidos, pois tal fenômeno poderia implicar em menor proximidade dos indivíduos com relação ao regime (especialmente dadas as condições especificadas no parágrafo anterior) e, diante de redução da adesão à democracia, o cenário poderia evoluir para quadros de instabilidade democrática (PUTNAM, 2002; SELIGSON; BOOTH; GÓMEZ, 2006).

Diferentemente do contexto de democracias consolidadas, em novas democracias a discussão se constitui em torno da verificação da existência de padrões de manifestações de enraizamento dos partidos entre o eleitorado, os quais permitiriam inferir sobre a identificação ou não do fenômeno do desalinhamento partidário em unidades nacionais onde o regime democrático ainda é recente.

Em se tratando especificamente do contexto latino-americano, cuja maioria dos países se encontra entre as democracias ainda novas (com cerca de três décadas de existência), Carreras, Morgenstein e Su (2013), Albala e Vieira (2014) e Gimenes (2017) discutiram, considerando distintos conjuntos de dados, a existência de padrões de partidarismo na região e concluíram pela impossibilidade de considerar o fenômeno do desalinhamento para as unidades nacionais em conjunto, dadas suas diferentes configurações dos sistemas partidários e eleitorais, a despeito de condições sociais e econômicas relativamente semelhante entre os países da região.

Dentre os trabalhos que discutem o desalinhamento a partir de dado de opinião pública, são poucos aqueles que se dedicaram a identificar os determinantes do enraizamento dos partidos entre o eleitorado na América Latina. Contudo, trabalhos recentes de Gimenes (2017), Casalecchi e Gimenes (2017) e de Borba *et al* (2018) sistematizaram os indicadores individuais e estruturais do partidarismo expostos pela literatura, de modo que, para além da relevância de recursos sociais e políticos individuais, destacou-se especialmente a importância do tempo de democracia para a manifestação de partidarismo pelos eleitores latino-americanos.

Diante do exposto, o presente artigo busca contribuir com o debate por meio do aprofundamento da investigação sobre o partidarismo em unidades nacionais da região. Para

tanto, consideramos a classificação do enraizamento dos partidos proposta por Gimenes (2017), que utilizou amplo conjunto de dados de natureza social, política, eleitoral e econômica para definir as posições de 22 países da América Latina em um quadro com categorias de alinhamento, alinhamento parcial, não alinhamento parcial e não alinhamento. Nesse sentido, selecionamos unidades nacionais localizadas nas diferentes categorias propostas pelo autor para nossa análise, a fim de identificar semelhanças e discrepâncias entre os perfis daqueles que manifesta identificação com partidos políticos na região. Tais países são Uruguai (alinhado), Argentina (alinhado parcialmente), Brasil (não alinhado parcialmente) e Chile (não alinhado).

Isto posto, o presente artigo pretende contribuir com o debate analisando de forma comparada e longitudinal a identificação partidária (doravante IP) de quatro diferentes democracias latino-americanas, que, por um lado, assemelham-se por pertencerem à terceira onda de democracia, bem como por terem iniciado sua transição democrática em períodos relativamente parecidos (HUNTINGTON, 1994). Por outro lado, apesar das semelhanças, são países que apresentam diferentes trajetórias tanto no que tange à democracia, de forma mais ampla, quanto ao sistema partidário e a história dos partidos, em termos mais específicos (GIMENES, 2017). Essas semelhanças e diferenças tornam a comparação entre os países apropriadas para investigar, dentro do contexto de redemocratização, o padrão e os determinantes da identificação partidária ao longo do tempo, confrontando possíveis explicações que derivam tanto de aspectos individuais quanto contextuais (nacionais).

As questões que levantamos no artigo são as seguintes: como se comportam os níveis de identificação partidária ao longo do tempo nessas diferentes democracias, dadas suas diferenças históricas em termos de alinhamento partidário? Esses níveis seriam mais estáveis ou voláteis ao longo do tempo? As tendências observadas seriam uniformes, verificadas em todos os países, ou individualizada, tendo cada país seu próprio padrão de comportamento? Além disso, também é nosso propósito compreender as causas desses movimentos, ou seja, que fatores estariam contribuindo para os maiores ou menos níveis de identificação partidária?

Diante dessas considerações, o argumento central desse *paper* é que os padrões de identificação partidária são derivados, sobretudo, de processos de decantação dos partidos junto ao eleitorado, de modo que, em que pese a importância de atributos individuais do eleitor (como escolaridade e interesse por política, por exemplo) ou de elementos conjunturais (como a dinâmica da economia ou a avaliação do governo), a IP seria, sobretudo, produto do processo

histórico de penetração e enraizamento dos partidos junto ao eleitorado. Em outras palavras, o argumento é de que a história faz a diferença, ou seja, nossa hipótese é de que sistemas partidários com partidos relevantes mais longevos são aqueles em que há maior identificação partidária.

Para testar nossa hipótese, utilizamos o banco de dados do Barômetro das Américas (BA) dos anos de 2006, 2008, 2010, 2012, 2014 e, mais recentemente, de 2016, desenvolvido pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP). No que tange à Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, os surveys são compostos, de forma geral, por 1500 entrevistas a partir de amostras probabilísticas estratificadas e múltiplos estágios, considerando as principais regiões, o tamanho dos municípios, áreas urbanas e rurais e cotas no nível domiciliar. Esse desenho garante amostras nacionais representativas de adultos com idade de voto, totalizando margens de erro de aproximadamente 2,5% com intervalos de confiança de 95,5%.

Em nossa próxima seção, abordamos o debate sobre o partidatismo na América Latina, especialmente com relação aos quatro países selecionados para este estudo. Na sequência, expomos aspectos metodológicos de nossa pesquisa e posteriormente, nossos resultados e sua discussão à luz do referencial teórico considerado. Por fim, estabelecemos considerações acerca das relações estabelecidas pelos eleitores latino-americanos com os partidos políticos na atualidade.

Revisão da literatura

A identificação dos eleitores com os partidos políticos é um tema central para a democracia representativa moderna e peça chave na compreensão do seu funcionamento e estabilidade. Por essa razão, uma grande quantidade de pesquisas teve como objetivo explorar seus principais determinantes, discriminando que condições favorecem ou não a formação de laços afetivos entre os eleitores e os partidos tanto em democracias consolidadas (DALTON; MCALLISTER; WATTENBERG, 2003; WEISBERG; GREENE, 2004; DALTON; WELDON, 2007; MAINWARING; ZOCO, 2007; DALTON, 2007, 2013, 2014; RICO, 2010; LISI, 2014; WANG, 2014) quanto em unidades nacionais onde o regime é mais recente (BAQUERO, 2000; ALCÁNTARA SÁEZ; FREIDENBERG, 2001; MAINWARING, 2001; PAYNE, 2007; CARRERAS; MORGENSTEIN; 2U, 2013; ALBALA; VIEIRA, 2014; LUPU, 2015; BORBA;

GIMENES; RIBEIRO, 2015; GIMENES, 2017; GIMENES; CASALECCHI, 2017; BORBA *et al*, 2018).

Entre democracias ainda jovens, destacamos neste *paper* aquelas latino-americanas. Em que pesem as semelhanças compartilhadas entre os países da região, as pesquisas mais recentes têm demonstrado algumas diferenças contextuais importantes no que diz respeito ao fenômeno do partidarismo. Um conjunto de distinções foi apontado por Gimenes (2017), com base em aspectos históricos, econômicos e relacionados ao sistemas eleitorais e partidários dos países da região, de modo que, segundo o autor, as unidades nacionais poderiam ser classificadas em quatro diferentes categorias gradativas de alinhamento partidário: o alinhamento, o alinhamento parcial; o não alinhamento parcial e o não alinhamento.

Os países considerados como alinhados seriam aqueles em que há ao menos dois partidos enraizados junto aos eleitores ou que gozem de identificação partidária crescente nos últimos anos, sendo que a opção por tal número mínimo (de dois partidos) decorre da interpretação de que o jogo político e eleitoral democrático implica na disputa por cargos e poder e que, ainda que haja um partido hegemônico, a existência de outro(s) partido(s) enraizado(s) pode contribuir para a definição de pautas, para o encaminhamento de demandas e para a constituição de uma oposição atuante, fiscalizadora e combativa à corrupção e à má gestão.

A categoria alinhamento parcial, por sua vez, reuniria unidades nacionais nas quais há um partido estável ou crescente em termos de identificação partidária e outros cuja simpatia manifestada é volátil, ou ainda sistemas em que não há partidos amplamente enraizados, mas se verifica tendência de crescimento de algumas legendas.

Como países não alinhados de maneira parcial estariam classificados aqueles em que a variação da simpatia partidária decresceu desde a última década, mas não afetou a todos os partidos políticos de maneira semelhante. Nesse sentido, foi verificada a manutenção e/ou fortalecimento de uma única legenda em um contexto de redução do partidarismo.

Por fim, entre os sistemas partidários não alinhados encontraram-se aqueles nos quais não foram verificados nenhum indício de enraizamento dos partidos políticos junto ao eleitorado no período recente por conta de redução generalizada da identificação com as principais legendas ou pela inexistência de padrão no partidarismo manifestado pelos eleitores, que consistem em situações em que distintos partidos se alternam como aqueles que gozam de maior simpatia pelo eleitorado, mas esta é recorrentemente baixa e extremamente volátil.

A distribuição das vinte e duas unidades nacionais analisadas é exposta no quadro abaixo, por meio do qual o autor identificou distribuição praticamente equânime dos casos nas categorias definidas, de modo a qualificar de maneira mais robusta a relação dos eleitores com partidos políticos do que o modelo de Carreras, Morgenstein e Su (2013).

Quadro 1. Classificação dos sistemas partidários da América Latina

Categoria	País
Alinhamento	Belize, Costa Rica, El Salvador, Equador, Panamá e Uruguai
Alinhamento parcial	Argentina, Colômbia, Guiana, Nicarágua e Venezuela
Não alinhamento parcial	Bolívia, Brasil, Honduras, México, Paraguai e República Dominicana
Não alinhamento	Chile, Guatemala, Haiti, Jamaica e Peru

Fonte: Adaptado de Gimenes (2017, p. 142).

Em se tratando da estruturação do relacionamento dos eleitores com os partidos políticos e de seus determinantes de natureza individual e contextual, as pesquisas de Lupu (2015), Borba, Gimenes e Ribeiro (2015), Gimenes (2017), Casalecchi e Gimenes (2017) e de Borba *et al* (2018) demonstram, em primeiro lugar, que o partidarismo tem bases sociais e atitudinais relacionadas especialmente à faixa etária, alta escolaridade, interesse política, posicionamento ideológico e sentimento de eficácia política. Ademais, resultados apontam ainda que a experiência democrática é mais relevante ao enraizamento dos partidos entre o eleitorado do que indicadores econômicos e relacionados aos sistemas partidário e eleitoral, uma vez que identificaram efeitos positivos da idade da democracia (GIMENES; 2017; BORBA *et al*, 2018) e da medida de legado democrático (CASALECCHI; GIMENES, 2017) sobre o partidarismo na América Latina.

No que se refere a estudos nacionais sobre o partidarismo, destacamos a análise longitudinal dos determinantes do relacionamento dos eleitores com partidos políticos no Brasil (GIMENES *et al*, 2016), cujos resultados apontam expressiva diferenciação, em termos de sofisticação cognitiva e política, daqueles que manifestam identificação com alguma legenda frente aos que não gozam de laços partidários. Contudo, o principal achado da análise diz respeito à constatação de que, considerados os identificados com as principais legendas no sistema partidário e/ou nas disputas eleitorais ocorridas entre 2002 e 2014, a diferenciação entre eleitores

que manifestam sentimento positivo pelo PT, PSDB, PMDB, PV e PSB é cada vez menor, o que significa que o eleitorado identificado com partidos se destaca com relação aos que não dispõem desses laços, mas internamente trata-se de um grupo cada vez mais homogêneo. Assim, a IP constituiria característica de discernimento entre o eleitorado, independentemente de com qual legendas tais indivíduos se identifiquem.

Diante do conjunto de resultados decorrentes de pesquisas produzidas por este conjunto de pesquisadores, direcionamos, neste artigo, nosso olhar às realidades nacionais latino-americanas, a fim de replicar os testes produzidos por Gimenes *et al* (2016) para o caso brasileiro, bem como de qualificar de maneira comparativa tal análise com relação a outros países da região. Para tanto, nos valem da classificação proposta por Gimenes (2017) para selecionar casos que remetam a distintos níveis de estruturação das relações entre eleitores, partidos e estruturação dos sistemas partidários.

Um dos principais representantes da categoria alinhados, segundo Gimenes (2017), é o Uruguai. Historicamente o país se destaca dentre os demais da América Latina pela baixa volatilidade eleitoral e por seu sistema eleitoral consolidado, tanto em decorrência da experiência de eleições periódicas e contínuas, quanto da pouca experiência sob a égide de um regime autoritário (LAGOS, 1996; MAINWARING, 2001; GARRETÓN *et al*, 2007; MARENCO; SERNA, 2007; GONZÁLEZ, 2011; BUQUET; PIÑERO, 2014; ALBALA; VIEIRA, 2014). Em se tratando da relação do eleitorado com as legendas partidárias, Buquet e Piñero (2014) destacam que o Partido Nacional (PN) e o Partido Colorado (PC) não são apenas tradicionais, mas tão antigos quanto o próprio país, tanto que configuraram, até a virada para a década de 1970, um sistema bipartidário, alterado diante da reunião de um grupo de partidos menores para a constituição da Frente Amplio (FA) em 1971. As três décadas seguintes foram de concentração do poder político entre PN e PC, situação alterada com a eleição de José Mujica pela FA em 2004, o que demonstrou um indício de equilíbrio competitivo da disputa partidária no país e iniciou um novo período, já que anteriormente apenas os partidos tradicionais haviam ocupado a presidência da república (CORLETO; RODRÍGUEZ, 2013). Segundo Buquet e Piñero (2014) nestas décadas não houve estabilidade do sistema partidário, mas uma mudança gradual e peculiar, que se manifestou em um contexto marcado por relevantes continuidades e que culminou na vitória da FA. Após alcançar o poder, tal legenda manteve forte contato com suas bases eleitorais, de modo que, atualmente, concentra a maior parcela da identificação partidária

no Uruguai e a medida se mantém relativamente estável com relação ao PN, ao passo que o PC sofreu pequeno acréscimo nos últimos anos.

Entre os representantes dos alinhados parcialmente, um país de destaque é a Argentina (GIMENES, 2017). Destarte seu antecedente de regime autoritário, o país possui um sistema partidário institucionalizado (ALBALA; VIEIRA, 2014), historicamente caracterizado pela prevalência do Partido Justicialista (PJ), também conhecido como Partido Peronista. Segundo Garretón *et al* (2007, p. 108), apesar de um breve período com sistema multipartidário no final da década de 1990, predominou no país uma “virtual dominação de um partido hegemônico”, o PJ. Entretanto, após o colapso econômico de 2001, que trouxe uma grave crise na confiança da população em relação aos partidos políticos, a eleição de 2002 foi vencida por Néstor Kirchner, candidato da Frente para la Victoria (FPV), fundada naquele ano, com posicionamento de centro-esquerda e que compôs ampla aliança com o PJ e sete partidos menores. Desde então, a coalizão FPV se manteve no poder, pois após o mandato de Néstor Kirchner (2003-2007), sua esposa Cristina Kirchner foi eleita nas duas eleições seguintes (para os mandatos 2007-2011 e 2011-2015). O pleito mais recente, no entanto, foi o primeiro da história política do país decidido no segundo turno e terminou com a vitória de Mauricio Macri pela coalizão de centro-direita “Cambiamos”, interrompendo o período kirchnerista e de domínio de centro-esquerda no governo.

O Brasil, por sua vez, enquadra-se como um dos representantes mais emblemáticos dos “não alinhados parcialmente” (GIMENES, 2017). O caso brasileiro é de recente período democrático, uma vez que apesar de uma experiência anterior (1945-1964), houve uma ditadura militar que perdurou até 1985. No período autoritário, os partidos existentes foram extintos e implementado o bipartidarismo entre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que perdurou até o fim da década de 1970, quando tais legendas foram dissolvidas e tornou-se possível a criação de novos partidos. Tal histórico dificulta a existência de longos vínculos partidários no país, mas ajuda entender a expressão do Partido dos Trabalhadores (PT), surgido em 1979 a partir de grupos organizados vinculados a setores sindicais, movimentos sociais e religiosos. Tal partido participou, com destaque, de todos os pleitos presidenciais desde 1989 e foi definido como responsável pela estruturação do sistema partidário brasileiro (SINGER, 2000), de modo que congrega parcela majoritária dos eleitores simpáticos a partidos no país, mas se destaca também pelo fato de que a antipatia ou rejeição à

legenda estrutura o voto na oposição, inclusive em maior medida do que sentimentos positivos pelo partido em que se vota (ZUCCO JÚNIOR; SAMUELS, 2015). Apesar das oscilações sofridas no tempo, o PT continua ocupando um papel de destaque entre eleitores e dentro do sistema partidário brasileiro.

Por fim, como representante da categoria “não alinhado” destacamos o caso chileno. O sistema partidário no país encontra-se consolidado e é marcado tanto pela experiência contínua de eleições (GONZÁLEZ, 2011) quanto pelo baixo percentual de comparecimento eleitoral recorrente desde antes da alteração da lei que tornou o voto facultativo, em 2011 (ALBALA; VIEIRA, 2014). As coalizões são objeto significativo na política chilena (González et al, 2008), já que, conforme expõem Bargsted e Maldonado (2013), desde a redemocratização do país, em 1990, seu sistema partidário tem se articulado em torno de dois grupos – a Concertación por la Democracia, coalizão de centro-esquerda, e a composta por Partido Socialista (PS), Partido Por la Democracia (PPD), Democracia Cristiana (DC) e Partido Radical Social Demócrata (PRSD), e a Alianza por el Cambio, coalizão de centro-direita formada pela Renovación Nacional (RN) e pela Unión Demócrata Independiente (UDI) – e há pouco apoio a novos partidos, já que as referidas coalizões centralizam cerca de 90% dos votos (CARRERAS; MORGENSTEIN; SU, 2013). Mas no que tange a relação dos eleitores com os partidos políticos, o diagnóstico chileno é inequívoco: todas as pesquisas apontam para uma redução dramática do partidarismo após a redemocratização, sendo que de 1994 a 2013 estima-se uma queda de 40% na identificação partidária (GIMENES, 2017).

Realizada essa contextualização dos sistemas partidários dos quatro países em análise, cabe agora problematizar, em termos teóricos, possíveis abordagens explicativas sobre tais padrões de relacionamento entre partidos e eleitores. Não pretendemos, aqui, resenhar a literatura sobre IP, tanto por conta da limitação de páginas quanto porque tal atividade já foi desenvolvida por outros autores, como Gimenes (2016) e Borba *et al* (2018). Basta mencionar que tal literatura tem como linha divisória abordagens que percebem tal fenômeno como algo identitário, relacionado ao processo de socialização política, o qual, portanto, seria um processo de formação de lealdades com uma dimensão de longo prazo. Outra perspectiva percebe a IP como um fenômeno conjuntural, ligada à experiência acumulada pelo eleitor e a avaliação que ele faz do desempenho de partidos e/ou governos, sendo que, a partir desta avaliação prévia o eleitor teria condições de julgar as plataformas partidárias e fazer uma escolha. Entre as duas perspectivas

temos os estudos que destacam também para a importância da morfologia das instituições políticas e dos contextos eleitorais, segundo a qual ganha relevância, especialmente, o efeito negativo da fragmentação partidária sobre a IP (LUPU, 2015; BORBA *et al*, 2018); e também aqueles que buscam identificar os condicionantes individuais das relações entre eleitores e partidos. Nesse caso, a interpretação dominante tem identificado como principais preditores aqueles relacionados à centralidade social do indivíduo (LUPU, 2015; GIMENES, 2017; BORBA *et al*, 2018).

Em estudo anterior realizado para o conjunto dos países da América Latina foi constatado que a IP na região seria explicada pela relação entre a centralidade do indivíduo na estrutura social, a dimensão propriamente avaliativa e a configuração histórica das instituições políticas, mais especificamente no que se refere à idade da democracia (BORBA *et al*, 2018). Buscamos, aqui, avançar sobretudo no confronto entre a segunda e a terceira dimensões destacadas através da inserção de novas variáveis que possam captar de maneira mais refinada suas relações com a IP. No estudo acima citado, a dimensão avaliativa foi testada apenas por uma variável de nível individual (avaliação de governo) e a dimensão histórico-identitária por uma variável de contexto que mensurava a persistência do regime democrático desde sua mais recente instalação ou retomada nos países em estudo. Pelo menos duas questões se colocam nesse caso: o que realmente importa para a dimensão avaliativa é exclusivamente a percepção individual do eleitor sobre o governo e a economia ou existe um efeito de contexto, derivado da dinâmica da economia e expresso, por exemplo, em termos de indicadores de crescimento econômico? Por outro lado, seria a idade da democracia a melhor maneira de captar a acumulo de experiência dos eleitores com os partidos?

Como é bastante comum na experiência latino-americana, é possível que vários partidos tenham nascido e desaparecido durante um mesmo período democrático (MAINWARING, 2001; LUPU, 2015)¹. Nesse caso, mais importante que o tempo de democracia não seria a idade dos principais partidos? É possível que em contextos com partidos mais antigos as lealdades partidárias estejam mais sedimentadas, independentemente do tempo de existência do regime democrático, como é o caso do Uruguai.

¹ Segundo Mainwaring (2001, p. 63), “a capacidade de sobrevivência no tempo é a indicação de que os partidos provavelmente conquistaram lealdades duradouras em algumas categorias sociais. Embora, em tese, os maiores partidos possam sobreviver por muito tempo com o apoio estável dos eleitores independentes, isso é pouco provável de acontecer”.

Tendo em vista essas diferenças apontadas pela literatura e os diferentes históricos dos países analisados, buscamos, em primeiro lugar, mapear os níveis de identificação partidária ao longo do tempo, em um período que vai de 2006 até 2017, observando padrões de semelhanças ou de diferenças. Em seguida, nos concentramos em comparar os determinantes do partidarismo tanto em nível individual quanto contextual. Com relação a esse último ponto, damos especial atenção aos indicadores democráticos e econômicos que podem estar ligados ao partidarismo, como o legado democrático, a longevidade dos principais partidos dos sistemas partidários e os níveis de crescimento econômico.

Para tanto, exploramos a hipótese de que a IP seria explicada principalmente pelo acúmulo de experiência dos eleitores com os partidos, sendo que o tempo de existência das principais legendas de um sistema partidário constituiria um elemento explicativo mais robusto do que medidas conjunturais relacionadas a dimensão avaliativa ou medidas histórico-identitárias, como o tempo de convivência do eleitor com o regime democrático.

Metodologia e hipóteses

Em nossas análises utilizamos seis ondas de pesquisa do Barômetro das Américas – BA (2006, 2008, 2010, 2012, 2014 e 2016/7) para os quatro países investigados – Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. Na primeira etapa da análise, apresentamos uma descrição da identificação partidária ao longo do tempo e, em seguida, quais partidos detêm o maior número de simpatizantes dentre aqueles que manifestaram alguma simpatia. A identificação partidária é obtida a partir da seguinte pergunta: “Atualmente o(a) Sr./sra. simpatiza com algum partido político?” e, em seguida, com a pergunta complementar: “Com qual partido o(a) Sr./sra. simpatiza?”.

Na segunda etapa, como sinalizado anteriormente, nosso objetivo desloca-se para os determinantes individuais e, principalmente, contextuais da identificação partidária. Para tanto, optamos pela utilização de um modelo multinível ou hierárquico (RAUDENBUSH; BRYK, 2002). Uma vez que a identificação partidária (nossa variável dependente) é mensurada de maneira dicotômica (0 e 1), utilizamos um modelo generalizado para variáveis com distribuição Bernoulli, implementado por meio do pacote *lme4* do R.

Cabe esclarecer que os casos de nível 2 referem-se aos “países/anos”, isto é, ao survey aplicado ao país na sua respectiva onda/ano. Assim, por exemplo, Brasil/2006 é um caso, Brasil/2008 outro caso, e assim sucessivamente para todos as ondas do survey. Com exceção da Argentina, que não foi incluída na onda de 2006, há dados para todos os demais países nas seis ondas destacadas, totalizando, assim, 23 casos de Nível 2 (países/anos). Quanto ao nível 1 (indivíduos), temos ao todo 35.383 casos.

As variáveis independentes analisadas referem-se tanto aos indivíduos quanto aos países em seus respectivos anos. No nível individual, optamos por um modelo parcimonioso, levando em consideração variáveis usualmente utilizadas na literatura, visando, principalmente, garantir o controle dos fatores sociodemográficos (sexo, idade), socioeconômicos (escolaridade), político-individuais (posicionamento ideológico e sentimento de eficácia subjetiva) e uma variável de avaliação econômica sociotrópica (avaliação da situação econômica nacional).

No nível dos países/anos, testamos três variáveis principais: crescimento do PIB, legado democrático e longevidade dos partidos políticos mais relevantes. Todas as medidas coletadas no nível nacional referem-se ao ano imediatamente anterior ao de realização do survey, o que garante que exista uma precedência necessária das variáveis independentes em relação à dependente.

A primeira variável – crescimento do PIB – foi colhida no *World Bank Data* e mede o percentual do crescimento (ou declínio) do PIB de um ano para o outro. O legado democrático, por sua vez, busca mensurar o acúmulo da experiência democrática dos países, ou seja, trata-se de uma medida que leva em consideração tanto o tempo de duração das democracias quanto a sua qualidade (CASALECCHI, 2016). Para o cálculo desse indicador, utilizamos como base o *Liberal Democracy Index* desenvolvido pelo *V-Dem*, indicador que busca mensurar a qualidade da democracia dos países com base nos processos de competição eleitoral (eleições regulares, livres, limpas e competitivas), proteção das liberdades constitucionalmente garantidas (liberdade de expressão, associação, direitos políticos, sufrágio universal, etc.) e um sistema de *accountability* horizontal, com um sistema judiciário independente e organismos de controle e fiscalização do Executivo². Tendo como base essa medida, o legado democrático é construído a

² Para informações mais detalhadas da metodologia utilizada pelo *V-Dem* e da construção dos indicadores, acessar: <https://www.v-dem.net/en/>

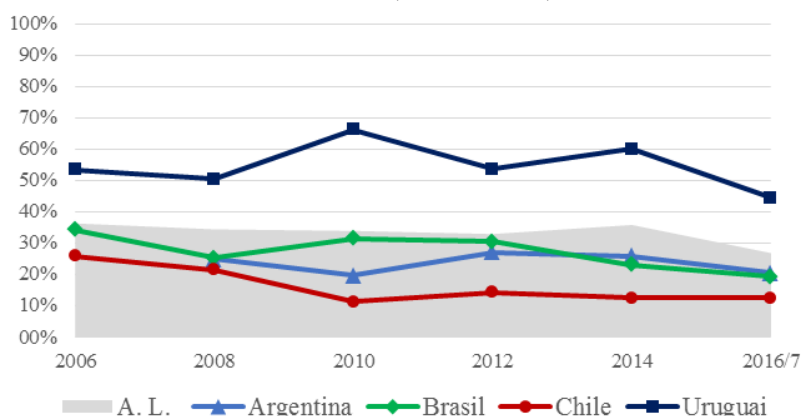
partir da soma do *Liberal Democracy Index* para cada ano de democracia dos países, tendo como referência seu último período de transição democrática.

Por fim, a longevidade dos partidos foi incluída a partir da média dos anos de existência dos partidos mais relevantes de cada um dos países aqui estudados. Para a escolha dos partidos relevantes foram considerado fatores como sua longevidade, papel e protagonismo histórico e os percentuais de eleitores identificados/simpatizantes. Com base nesses critérios, foram selecionados os partidos da Argentina (Partido Justicialista, Frente para la Victoria e Unión Cívica Radical), do Brasil (PT, PMDB, PSDB), do Chile (Partido Socialista, Renovación Nacional, Partido Demócrata Cristiano, Unión Demócrata Independiente, Partido por la Democracia e Partido Comunista) e do Uruguai (Frente Amplio, Partido Nacional e Partido Colorado).

Resultados e discussão

Em primeiro lugar, cabe observar que predominou um período de relativa estabilidade na identificação partidária entre 2006 e 2014, considerando toda a região. A Figura 1 demonstra que de 2006 a 2012 houve um leve declínio (3%) seguido de um pequeno aumento (3%) nos dois anos seguintes. Essa estabilidade, no entanto, foi rompida de 2014 a 2016, quando a identificação partidária média passou de 36% para 27% no conjunto dos países analisados.

Figura 1. Identificação partidária na Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e América Latina (2006 a 2016/7) - %



Fonte: LAPOP (2006-2016/7).

O Chile, considerado um país de sistema partidário não alinhado tem o menor percentual de identificação partidária entre os países aqui analisados: uma média de 16% considerando o período. Do ponto de vista longitudinal, nota-se uma queda moderada de 2006 a 2008 (4%), seguida de uma queda mais forte de 2008 a 2010 (10%). De 2010 em diante o percentual se torna estável em torno de 13%, inclusive de 2014 a 2016, período em que registra uma queda mais acentuada para toda a região.

O Brasil, país considerado parcialmente não alinhado, tem percentual médio de identificação partidária pouco maior que a Argentina, mas bem abaixo da do Uruguai, sendo que entre 2006 e 2016/7 apresentou queda significativa de 15%. O único período de crescimento da identificação foi de 2008 a 2010 (6%) sendo que em todos os outros anos houve queda: de 2006 a 2008 (8%), de 2010 a 2012 (1%), de 2012 a 2014 (7%) e, por fim, de 2014 a 2016 (4%).

País de sistema partidário parcialmente alinhado, a Argentina tem percentual de identificação partidária de 20%, considerando a média do período de 2008 a 2016/7. De 2008 a 2010 houve queda de 5%, enquanto de 2010 a 2012 verificamos aumento de 7%. De 2012 a 2014 e de 2014 a 2016/7 observa-se duas novas quedas: 1% e 5%, respectivamente. A queda total para o período analisado foi a menor entre os quatro países: 4%.

O Uruguai tem a maior média de identificação partidária da região (54,6%). Entretanto, embora seja um país de sistema partidário alinhado, foi aquele que teve a maior variação dentre os pesquisados: de 2006 a 2008 houve uma pequena queda de 2,9%, seguida de forte aumento (15,8%) de 2008 a 2010, redução igualmente expressiva de 2010 a 2012 (12,7%), mais uma elevação de 2012 a 2014 (6,5%) e, por fim, registro de queda de 15,6% de 2014 a 2016/7, a maior da série histórica e dos países analisados.

Como se dá, no entanto, a distribuição dos identificados entre os principais partidos de cada país? As oscilações nas IPs nacionais refletem variações nos relacionamentos dos eleitores com os partidos em geral ou com legendas específicas? Essas são questões relevantes, pois permitem verificar quais partidos estruturam o sistema partidário do ponto de vista da conexão entre os eleitores e os partidos. A Figura 2 apresenta o percentual de identificação com os principais partidos do Chile, Brasil, Argentina e Uruguai, considerando-se os eleitores que manifestaram identificação.

Começando a análise pelo caso chileno, verificamos inicialmente o maior número de partidos com IP expressiva entre o eleitorado, o que se justifica não em termos absolutos (entre o

eleitorado como um todo), mas pela distribuição da medida entre distintas legendas. Nota-se que o percentual de identificação com o Partido Socialista e com o Renovación Nacional tiveram elevações, as quais foram seguidas por quedas em anos posteriores, enquanto o Partido por la Democracia e a Unión Demócrata Independiente sofreram reduções expressivas no percentual de eleitores identificados. Diferentemente, verificamos que a identificação com o Partido Demócrata Cristiano, após diminuição entre 2006 a 2014, terminou o período analisado com elevação a 16%, enquanto a IP o Partido Comunista girou em torno de 5% e 6% entre 2006 e 2010, dando um salto para 15% no survey de 2012 e mantendo um percentual de 11% nos anos subsequentes. Contudo, um ponto importante a ser destacado é que, no geral, o percentual que mais cresceu entre os identificados foi aquele da categoria “outros partidos”, que reúne o percentual distribuído entre partidos menores, como, por exemplo, o Partido Humanista, Partido Radical Socialdemocrata, Revolución Democrática e Evolución Política. Tal dado nos permite inferir que boa parte dos eleitores que possuem alguma identificação partidária no Chile sentem-se próximos a partidos menores ou com menor tradição no sistema partidário.

No Brasil, o Partido dos Trabalhadores concentra mais da metade dos eleitores com identificação partidária, enquanto os demais se pulverizam entre pequenas parcelas de identificados com o PMDB, o PSDB e demais partidos. Sendo assim, o principal dado no Brasil é o declínio contínuo do Partido dos Trabalhadores. O percentual de identificados com o PT (entre o conjunto dos identificados com partidos) caiu de 64% em 2006 para pouco mais de 50% em 2016/7, enquanto o PMDB sofreu redução menos expressiva.

Na Argentina, o que mais chama a atenção é o forte espaço ocupado pela Frente para la Victoria a partir de 2012. Em 2008 e 2010 o partido com a maior fatia dos identificados era o Partido Justicialista (37%), seguido da Frente para la Victoria (28%), contudo, no período seguinte (2010 a 2012) este último partido alcançou mais de 60% entre os que possuíam alguma IP e passou a dominar a estrutura do partidarismo no país. Consequentemente, os demais partidos perderam espaço entre os identificados, especialmente o Partido Justicialista e a Unión Cívica Radical, que detinham cerca de 13% e 10% dos partidários, respectivamente. Embora não tenha perdido o posto de partido mais relevante, a identificação com o Frente para la Victoria diminuiu nos anos seguintes, em 2014 (52%) e, principalmente, em 2016/7 (32%), enquanto, assim como no Chile, a categoria “outros partidos” cresceu recentemente.

O padrão das mudanças no Uruguai também é claro: de 2010 até 2016 observa-se uma diminuição progressiva dos que se identificam com a Frente Amplio e, inversamente, aumento dos que se identificam com o Partido Nacional. Em 2010, 71% dos eleitores com alguma identificação partidária simpatizavam pelo Frente Amplio, ao passo com 19% se identificavam com o Partido Nacional, uma diferença de 52%. Embora a Frente Amplio continue dominando o partidarismo no país, essa diferença caiu para 25% em 2016/7.

Analisando os dados conjuntamente, podemos inferir que a identificação partidária declinou na América Latina, especialmente de 2014 para 2016/7, sendo que tal declínio não poupou nem mesmo o Uruguai, país de sistema partidário alinhado, muito embora este ainda continue a ser o país com o maior percentual de eleitores com alguma identificação.

Ao olhar mais especificamente para os países, notamos algumas particularidades importantes. No Chile, os partidos mais tradicionais perderam espaço para a categoria “outros partidos”, isto é, para o conjunto de partidos com menor tradição, mesmo fenômeno observado na Argentina a partir de 2014, com a diminuição dos identificados com a Frente para la Victoria e o crescimento da categoria “outros partidos”. Trata-se, portanto, de fenômenos similares que ocorreram em sistemas partidários diferentes, um não estruturado e outro parcialmente estruturado. Em ambos os casos o diagnóstico é a transição de uma identificação mais concentrada em poucos partidos tradicionais para uma identificação mais pulverizada entre os partidos menos tradicionais. Já no Brasil e no Uruguai verificamos que, ainda que haja partidos que dominam o cenário de IP, suas expressividades sofreram reduções ao longo do período, porém, ao invés de ceder espaço para partidos pequenos e pouco tradicionais, a IP continua concentrada entre poucas legendas.

O declínio da identificação partidária, somada aos movimentos dos partidos específicos que despertam a simpatia dos eleitores, traz novamente as perguntas apresentadas na seção anterior: quais fatores ajudam a explicar a identificação partidária nesses países? A explicação estaria atrelada às mudanças econômicas e, portanto, mais vinculada a uma escolha racional dos eleitores? Ou estaria mais ligada às transformações atitudinais dos eleitores, decorrentes da estabilidade das instituições políticas democráticas e da própria estabilidade dos partidos?

Passemos então à análise dos determinantes da identificação partidária para o conjunto dos países, através dos resultados da modelagem multinível. Começamos nossas análises sobre os condicionantes individuais e nacionais da identificação estimando um modelo nulo (ou vazio)

com um intercepto e efeitos dos países (RAUDENBUSH; BRYK, 2002), como na equação abaixo. Enquanto o intercepto β_0 é compartilhado por todos os países incluídos na análise, o efeito aleatório $\mu_{\sigma j}$ é específico para o país j (representando cada um dos países específicos).³

$$\log\left(\frac{\pi_{ij}}{1 - \pi_{ij}}\right) = \beta_0 + \mu_{\sigma j}$$

A Tabela 1 apresenta as informações obtidas nesse primeiro passo da análise e indica que o logaritmo da razão de chance da identificação partidária em um país “médio” é de -0,14, que ao ser exponenciado gera o valor de 0,40. A variância estimada para essa probabilidade entre os países é de 0,57 e para saber se essa diferença é estatisticamente significativa conduzimos um teste de razão de probabilidade para afastar a hipótese de que essa variabilidade é igual a 0. Neste procedimento o modelo nulo é comparado com o seu equivalente de nível individual, ou seja, sem os efeitos aleatórios dos países. O resultado apresentado na linha “log-lik” afasta de forma contundente a hipótese de efeitos irrelevantes dos países sobre a identificação.

Tabela 1. Modelo Nulo para Identificação Partidária, Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, 2006 a 2016.

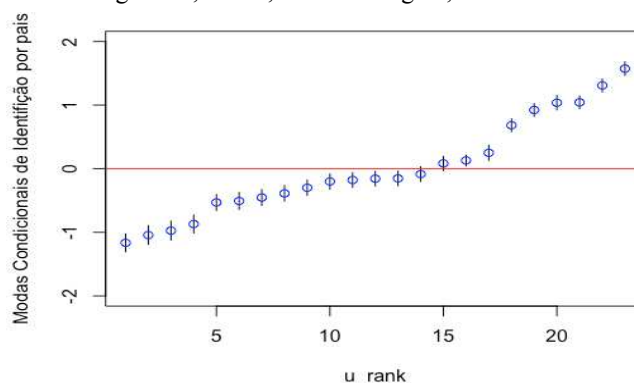
Log da Razão de chance em um país “médio”	-0,91
Exp(B)	0,40
Variância no log da razão de chance entre os países	0,57
Log-lik	3849,29
AIC	38787,5

Fonte: LAPOP (2006-2016/17).

Podemos então analisar o que podemos chamar de “efeito país” a partir desse modelo nulo através de um gráfico Caterpillar, que exhibe um conjunto de barras com seus respectivos intervalos de confiança (95%). Podemos verificar que há grande variedade nas modas condicionais da identificação entre os países, com apenas dois casos com o intervalo de confiança caindo sobre a linha vermelha. A maioria está acima ou abaixo do ponto 0 da escala, mostrando grande diversidade e indicando a viabilidade da modelagem logística multinível.

³ Os scripts de todos os modelos são disponibilizados no site dos autores <https://cpceduem.wixsite.com/cpcd-uem>.

Figura 2. Efeito-país sobre a probabilidade de Identificação Partidária, Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, 2006 a 2016/7.



Fonte: LAPOP (2006-2016/7).

Confirmada a existência desse efeito localizado no nível dos países, procuramos inicialmente identificar possíveis fatores de nível individual ligados a probabilidade de manifestar simpatia partidária. Considerando o modelo com inclinações fixas da Tabela 2, podemos identificar efeitos negativos do sexo e da identificação ideológica. Mulheres têm 16% menos chance do que homens, enquanto cada avanço na escala de 10 pontos da medida de auto posicionamento (1=esquerda e 10=direita) reduz a probabilidade em 2%. Todos os demais preditores afetam positivamente a razão de chance. Cada ano de idade adicional eleva em 2% a chance de manifestação de identificação. A escolaridade, codificada como binária para distinguir pessoas com formação superior, afeta positivamente essa chance em 30%. A medida de eficácia política subjetiva apresentou efeito positivo de 10%, enquanto o efeito da avaliação sobre o estado da economia nacional é de 7%, a cada avanço na sua escala de quatro pontos. Podemos assim estabelecer o seguinte perfil de identificados: homens, com mais idade, com formação superior, posicionados mais à esquerda, que se sentem competentes politicamente e que avaliam positivamente a situação econômica nacional. De forma geral, esse perfil não traz grandes novidades em relação aos achados consolidados da literatura (LUPU, 2015; BORBA et al, 2018). Cabe sublinhar, no entanto, o efeito positivo da avaliação da situação econômica nacional, mesmo quando controlada pelas demais variáveis. Por que os cidadãos que percebem uma economia melhor são mais próximos dos partidos políticos? Uma resposta plausível é que a proximidade com os partidos não é determinada apenas por fatores sociopsicológicos e culturais (CAMPBELL *et al*, 1960), mas também por uma avaliação mais racional dos atores políticos. A

boa avaliação da economia pode ser, ao menos em parte, atribuída aos atores e partidos políticos, criando-se assim um laço positivo com os eleitores, baseado sobretudo na eficácia governamental. Voltaremos a esse ponto quando passarmos a discutir os efeitos nacionais sobre a identificação.

A mesma Tabela 2 apresenta também o resultado de modelo idêntico, deixando variar as inclinações dos preditores. O objetivo é identificar se os efeitos dessas variáveis são semelhantes ou distintos entre as unidades nacionais. Podemos observar variações para sexo, escolaridade, ideologia, eficácia e avaliação da economia, ainda que reduzida. Isso significa que o efeito dessas variáveis sobre a identificação partidária não é o mesmo entre os países, ou seja, que ele pode ser maior ou menor conforme o seu contexto nacional. Mas quais variáveis contextuais (dos países) podem modelar o efeito dessas variáveis individuais? Mais adiante, realizamos algumas interações entre os condicionantes individuais e nacionais para explorar essa questão.

Tabela 2. Condicionantes individuais da Identificação Partidária, Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, 2006 a 2016.

	Modelo com inclinações fixas		Modelo com inclinações variáveis		
	B (erro)	Exp(B)	B (erro)	Exp(B)	Variância
Intercepto	-1,58*** (,175)	-	-1,53*** (,176)	-	-
Sexo (Feminino)	-0,18*** (,030)	0,84	-0,18*** (,039)	0,83	0,011
Idade	0,02*** (,001)	1,02	0,02*** (,002)	1,01	0,000
Escolaridade (Superior)	0,26*** (,049)	1,30	0,30*** (,072)	1,35	0,046
Ideologia (autoposicionamento)	-0,03*** (,006)	0,97	-0,02 (,013)	0,98	0,003
Eficácia política interna	0,11*** (,008)	1,10	0,09*** (,016)	1,09	0,003
Avaliação positiva da economia	0,07*** (,017)	1,07	0,05 (,029)	1,05	0,010
AIC	27098		26015		
Variância	0,50		-		

Significância: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Fonte: LAPOP (2006-2016/7).

Na sequência estimamos dois novos modelos incluindo os condicionantes nacionais: o crescimento anual do PIB, o legado democrático e a longevidade dos partidos relevantes. Os resultados indicam que ambas afetam positivamente a probabilidade de identificação. Cada elevação de um ponto percentual na medida econômica eleva em 7% essa chance, enquanto cada ponto de legado amplia essa probabilidade em 13%. É importante lembrar que se trata de um

modelo incremental, portanto, esses efeitos devem ser somados aos gerados pelos atributos individuais. Contextos de crescimento econômico e de qualidade democrática são, portanto, impulsionadores da identificação dos cidadãos com os partidos nacionais.

No Modelo 2 optamos por incluir uma terceira variável que diz respeito mais diretamente ao sistema partidário dos países, operacionalizada pela idade média dos partidos mais relevantes em cada contexto. A inclusão dessa medida se mostrou ainda mais relevante, elevando em 16% a probabilidade a cada avanço em sua escala e, o que é mais relevante em nossa análise, faz com que a medida econômica e o legado, deixem de ser preditores relevantes.

Esse resultado é central para nossa hipótese inicial. Ele revela que a longevidade dos partidos políticos se sobrepõe tanto às explicações mais conjunturais – como o crescimento do PIB – quanto às explicações histórico-estruturais – como a experiência com a democracia. Quando o fator “idade dos partidos” é considerado, é ele quem melhor explica a identificação dos cidadãos. Isso significa dizer que a história dos partidos importa, ou, mais especificamente, que os eleitores que vivem nos países cujos partidos políticos tenham um lastro histórico consolidado – à exemplo do Uruguai – são mais propensos à identificação partidária.

Tabela 3. Condicionantes individuais e nacionais da Identificação Partidária - Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, 2006 a 2016/7.

	Mod. 1		Mod. 2	
	B (erro)	Exp(B)	B (erro)	Exp(B)
Intercepto	-4,38*** (,989)	-	-3,36* (1,225)	-
Sexo (Feminino)	-0,18*** (,030)	0,83	-0,18*** (,030)	0,83
Idade	0,02*** (,001)	1,02	0,02*** (,001)	1,02
Escolaridade (Superior)	0,26*** (,049)	1,30	0,26*** (,049)	1,30
Ideologia (autoposicionamento)	-0,03*** (,006)	0,97	-0,03*** (,006)	0,97
Eficácia política interna	0,11*** (,008)	1,11	0,11*** (,008)	1,11
Avaliação da economia (sociotrópica)	0,07*** (,017)	1,07	0,07*** (,017)	1,07
Crescimento do Pib (%)	0,07* (,037)	1,07	0,04 (,036)	-
Legado democrático	0,13** (,047)	1,13	0,03 (,048)	
Longevidade dos partidos	-	-	0,16*** (,049)	1,17
AIC	27014,9		26809,2	

Significância: 0 ‘***’ 0.001 ‘**’ 0.01 ‘*’ 0.05 ‘.’ 0.1 ‘.’ 1

Fonte: LAPOP (2006-2016/7).

A relevância dessas três medidas nacionais e a identificação de variações nas inclinações dos condicionantes individuais nos inspiraram a propor modelos com interações nacionais-individuais como mecanismo para identificar se os contextos nacionais influenciam de alguma forma os efeitos dos atributos sócio demográficos e atitudinais.

A Tabela 4 apresenta as interações entre o legado democrático e as medidas individuais de escolaridade, eficácia e avaliação da economia. As interações envolvendo escolaridade e eficácia se mostraram relevantes, porém com sentidos inversos: enquanto contextos de maior legado tendem a reduzir o efeito da escolaridade (em 3%), potencializam o efeito da eficácia (em 1%).

Tabela 4. Condicionantes individuais e nacionais da Identificação Partidária, Interações com Legado, Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, 2006 a 2016.

	Interações com Legado (B)		
	Educação e Legado	Eficácia e Legado	Avaliação e Legado
Intercepto	-4,46*** (,987)	-3,78*** (,995)	-4,16*** (,989)
Sexo (Feminino)	-0,18*** (,030)	-0,18*** (,030)	-0,18*** (,030)
Idade	0,02*** (,001)	0,02*** (,001)	0,02*** (,001)
Escolaridade (Superior)	0,90** (,323)	0,26** (,049)	0,26*** (,049)
Ideologia (autoposicionamento)	-0,03*** (,006)	-0,03*** (,006)	-0,03*** (,006)
Eficácia política interna	0,11*** (,008)	-0,06 (,056)	0,11*** (,007)
Avaliação da economia (sociotrópica)	0,07*** (,017)	0,07*** (,017)	-0,09 (,116)
Crescimento do Pib (%)	0,07* (,036)	0,07* (,036)	0,07* (,110)
Legado democrático	0,13* (,047)	0,10* (,047)	0,11** (,047)
Escolaridade:Legado	-0,03* (,015)	-	-
Eficácia:Legado	-	0,01** (,002)	-
Avaliação:Legado	-	-	0,01 (,005)
AIC	27091,8	27087,2	27093,9

Fonte: LAPOP (2006-2016/7).

De forma semelhante, estimamos modelos com interações desses mesmos condicionantes com o crescimento do PIB, todavia nenhuma delas atingiu o nível mínimo de significância

estatística necessário. Ou seja, sugerem que o contexto econômico não tem influência sobre a magnitude dos efeitos da escolaridade, eficácia e avaliação entre os países.

A Tabela 5, por fim, traz os resultados das interações com a medida de longevidade dos partidos, indicando efeito estatisticamente significativo na relação com eficácia e avaliação econômica. Em ambos os casos o efeito é positivo, sugerindo que em contextos de maior longevidade das legendas o efeito da eficácia e de avaliações positivas sobre a economia nacional tende a ser potencializado.

Tabela 5. Condicionantes individuais e nacionais da Identificação Partidária, Interações com Longevidade dos Partidos, Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, 2006 a 2016/7.

	Interações com Longevidade dos Partidos (B)		
	Educação e Legado	Eficácia e Legado	Avaliação e Legado
Intercepto	-3,18*** (,868)	-2,83*** (,851)	-3,01*** (,870)
Sexo (Feminino)	-0,18*** (,030)	-0,18*** (,030)	-0,18*** (,030)
Idade	0,02*** (,001)	0,02*** (,001)	0,02*** (,001)
Escolaridade (Superior)	0,40*** (,109)	0,26** (,049)	0,21*** (,049)
Ideologia (autoposicionamento)	-0,03*** (,006)	-0,03*** (,006)	-0,03*** (,006)
Eficácia política interna	0,11*** (,008)	-0,06 (,056)	0,11*** (,007)
Avaliação da economia (sociotrópica)	0,07*** (,017)	0,07*** (,017)	-0,09 (,116)
Crescimento do Pib (%)	0,04 (,031)	0,03 (,030)	0,03 (,031)
Legado democrático	0,03 (,046)	0,03* (,045)	0,03 (,046)
Longevidade dos partidos	0,16*** (,046)	0,10* (,045)	0,13** (,046)
Escolaridade:Longevidade	-0,02 (,017)	-	-
Eficácia:Longevidade	-	0,01*** (,002)	-
Avaliação:Longevidade	-	-	0,02** (,006)
AIC	27086,5	27052,8	27079,2

Fonte: LAPOP (2006-2016/7).

Considerações finais

O estudo buscou avançar em relação a trabalhos anteriores sobre determinantes da IP em contextos de jovens democracias. Aqui, particularmente testamos para um conjunto de quatro

países com perfis distintos de relacionamento entre eleitores e partidos, variáveis comumente utilizadas na literatura sobre partidatismo. Nosso interesse central era avançar na dimensão contextual, especialmente na relação entre fatores conjunturais (crescimento econômico) ou estruturais (legado democrático e idade dos principais partidos).

Se em trabalho anterior já havia sido apresentada a tese da IP como um processo de decantação das instituições partidárias junto ao eleitorado, aqui conseguimos avançar em relação ao entendimento dos mecanismos envolvidos nesta relação. Nesse caso, se a IP é produto do acúmulo de experiência eleitoral dos cidadãos com o sistema de partidos, tal acúmulo depende menos “legado democrático” ou o “tempo de democracia”, do que do tempo mesmo de existência dos partidos. E isso, inclusive, é independente do regime político, como é demonstrado pelo caso Uruguai. Nesse sentido, reveste-se de grande importância o argumento de Mainwaring sobre a capacidade de sobrevivência no tempo, como um indicador de enraizamento social dos partidos.

Referências

- ALBALA, A. VIEIRA, S. M. *¿Crisis de los partidos en América Latina? El papel de los partidos políticos latinoamericanos en el escenario reciente. Política – Revista de Ciência Política*, v. 52, n. 1, 2014. p. 145-170.
- ALCÁNTARA SÁEZ, M.; FREIDENBERG, F. Partidos políticos na América Latina. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 137-157, out. 2002.
- BAQUERO, M. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.
- BARGSTED, M.; MALDONADO, L. *Social change and political identification in contemporary Chile. Working paper*, nov. 2013. Disponível em <http://www.imd.cl/uc/images/stories/investigacion/apc_party_id_chile.pdf>. Acesso em 25 jan. 2015.
- BORBA, J.; RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; GIMENES, É. R. Determinantes individuais e de contexto da simpatia partidária na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 97, 2018. p. 1-24.
- BORBA, J.; GIMENES, E. R.; RIBEIRO, E. A. Os determinantes do ativismo partidário na América Latina. **Revista Latinoamericana de Opinión Pública**, n. 5, 2015. p. 13-47.
- BUQUET, D.; PIÑERO, R. *La consolidación de un nuevo sistema de partidos en Uruguay*. **Revista Debates**, v. 8, n. 1, jan.;abr. 2014. p. 127-148.
- CAMPBELL, A.; CONVERSE, P. E.; MILLER, W. E.; STOKES, D. E. *The American voter*. New York: Wiley, 1960.
- CARRERAS, M.; MORGENSTERN, S.; SU, Y.-P. *Refining the theory of partisan alignments: evidence from Latin America*. **Party Politics**, jul. 2013. p. 1-15. Disponível em <<http://ppq.sagepub.com/content/early/2013/07/11/1354068813491538.full.pdf+html>>. Acesso em 13 dez. 2014.

- CASALECCHI, G. A. **O legado democrático e as atitudes democráticas: efeitos diretos, indiretos e condicionados.** 2016. 199 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- CASALECCHI, G. A.; GIMENES, É. R. Partidarismo e legado democrático na América Latina. *In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, 41. **Anais...** Caxambu, MG: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2017.
- CORLETO, D. B.; RODRÍGUEZ, R. P. *Elecciones uruguayas 2009-2010: la consolidación de un nuevo sistema de partidos.* *In: ALCÁNTARA SÁEZ, M.; TAGINA, M. L. (Coords.). Elecciones y política en América Latina, 2009-2011.* Cidade do México: Instituto Federal Electoral, 2013. p. 197-234.
- DALTON, R. J. *Independents and American elections.* *In: HERSHEY, M. (Ed.). CQ Guide to Political Parties.* Washington, DC: CQ, 2014. p. 262-270.
- DALTON, R. J. *The apartisan American: dealignment and changing electoral politics.* Washington, DC: Sage, 2013.
- _____. *Partisan mobilization, cognitive mobilization and the changing American electorate.* *Electoral Studies*, n. 26, p. 274-286, 2007.
- DALTON, R. J.; McALLISTER, I.; WATTENBERG, M. P. Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas. **Revista Análise Social**, v. 38, n. 167, p. 295-320, 2003.
- DALTON, R.; WELDON, S. *Partisanship and party system institutionalization.* **Party Politics**, v. 12, n. 2, 2007. p. 179-196.
- GARRETÓN, M. A.; CAVAROZZI, M.; CLEAVES, P. S.; GEREFFI, G.; HARTLYN, J. **América Latina no século XXI: em direção a uma nova matriz sociopolítica.** SIMPSON, X. (Trad.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.
- GIMENES, É. R. **Eleitores e partidos políticos na América Latina.** Curitiba: Appris, 2017.
- GIMENES, É. R.; FURRIEL, W. O.; BORBA, J.; RIBEIRO, E. Partidarismo no Brasil: análise longitudinal dos condicionantes da identificação partidária (2002-2014). **Debates**, v. 10, n. 2, 2016. p. 121-148.
- GONZÁLEZ, R. S. Democracia, cultura política e experiências participativas na América Latina. *In: BAQUERO, M. (Org.). Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina.* Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 47-68, 2011.
- GONZÁLEZ, R.; MANZI, J.; SAIZ, J. L.; BREWER, M.; TEZANOS-PINTO, D.; TORRES, D.; ARAVENA, M. T.; ALDUNATE, N. *Interparty attitudes in Chile: coalitions as super ordinate social identities.* **Political Psychology**, n. 29, v. 1, 2008. p. 93-118.
- HUNTINGTON, S. **A terceira onda: a democratização no final do século XX.** São Paulo: Ática, 1994.
- INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano.** São Paulo: Francis, 2009.
- LAGOS, M. *The Latinobarometro: media and political attitudes in South America.* *In: Meeting of the American Political Science Association, 1996, San Francisco (EUA). Working paper.*
- LISI, M. The sources of mass partisanship in newer democracies: Social identities or performance evaluations? Southern Europe in comparative perspective. **International Political Science Review**, v. 35, n. 5, 2014. p. 505-522.
- LUPU, N. *Partisanship in Latin America.* *In: CARLIN, R. E.; SINGER, M. M.; ZECHMEISTER, E. J. (Eds.). The Latin American voter: pursuing representation and*

accountability in challenging contexts. Ann Arbor: Michigan University, 2015. p. 226-245.

MAINWARING, S. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Mercado Aberto/Fundação Getúlio Vargas, 2001.

MAINWARING, S.; ZOCO, E. *Political sequences and the stabilization of interparty competition*. **Party Politics**, v. 12, n. 2, 2007. p. 155-178.

MARENCO, A.; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, jun. 2007. p. 93-113.

NORRIS, P. **Critical citizens: global support for democratic governance**. Oxford: Oxford University, 1999.

PAYNE, J. M. Party systems and democratic governability. In: PAYNE, J. M.; ZOVATTO G. D.; DÍAZ, M. M.; ZAVALA, A. A.; CARRILLO-FLÓREZ, F.; ECHEBARRÍA, K.; FREIDENBERG, F.; IARQUÍN, E. **Democracies in development**. Politics and reform in Latin America. Washington, D. C.: Inter-American Development Bank/International Institute for Democracy and Electoral Assistance/David Rockefeller Center for Latin American Studies/Harvard University, 2007. p. 149-177.

PUTNAM, R. D. (Org.). **Solo en la bolera. Colapso y resurgimiento de la comunidad norteamericana**. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2002.

RAUDENBUSH, S.W.; BRYK, A.S. **Hierarchical linear models. Applications and data analysis methods**. New York: Sage, 2002.

RICO, G. *La formación de identidades partidistas en Europa: más allá de la teoría de Converse*. In: TORCAL, M. (Ed.). **La ciudadanía europea en el siglo XXI. Estudio comparado de sus actitudes, opinión pública y comportamiento políticos**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2010. p. 143-174.

SELIGSON, M. A.; BOOTH, J. A. GÓMEZ, M. Os contornos da cidadania crítica: explorando a legitimidade democrática. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 1-37, abr./mai. 2006.

WANG, C.-H. *The effects of party fractionalization and party polarization on democracy*. **Party Politics**, v. 20, n. 5, set. 2014. p. 687-699.

WEISBERG, H.; GREENE, S. *The Political Psychology of party identification*. In: MACKUEN, M.; RABINOWITZ, G. (Eds.). **Electoral democracy**. Ann Arbor, MI: University of Michigan, 2003. p. 83-124.

ZUCCO JUNIOR, C.; SAMUELS, D. **Petismo and anti-petismo**. In: Seminário Nacional Partidarismo, Militantismo e Comportamento Eleitoral no Brasil, 1., 2015, Florianópolis (mimeo).